

Gostaria de me dirigir às vossas excelências, senadoras e senadores, para me apresentar, considerando a minha indicação pelo presidente Lula e pelo Ministro da Cultura, Juca Ferreira, a uma vaga na Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Cinema.

Eu não sou aquilo que se convencionou chamar de um “homem de cinema”, pois nunca atuei profissionalmente em qualquer segmento dessa atividade.

Sou graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com um mestrado não concluído em Sociologia, também pela USP, e especialização pela *Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas*. Mais que um acadêmico, porém, ao longo do tempo tornei-me um militante e gestor de políticas públicas de cultura.

Fui secretário de Cultura na cidade de Votorantim, e coordenador do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura do estado, que reunia diversos gestores de cidades do interior paulista.

Essa vivência, somada à minha participação nas coordenações dos programas de governo do presidente Lula, aguçou minha sensibilidade para a enorme diversidade cultural do país e ajudou a formar a convicção de que o ambiente complexo e dinâmico da Cultura deve ser tratado pelo Estado de forma sistêmica, articulando e integrando os diversos elos das cadeias produtivas e as diversas estratégias de produção que existem, nunca perdendo a perspectiva de que é o cidadão o objetivo último das políticas públicas.

Foi essa convicção que me levou a propor o estudo do Sistema Nacional de Cultura no curso de especialização que fiz na Espanha no ano passado e que, agora, alimenta as perspectivas de minha contribuição com a gestão do cinema brasileiro pela ANCINE.

Entendo que a importância do audiovisual no processo civilizatório tem múltiplas dimensões. Cito três:

- é um dos principais fatores de formação das identidades de cada país;
- é uma forma de expressão privilegiada do pensamento; e
- é uma indústria que emprega, gera riqueza e alavanca outros setores produtivos da economia.

A cinematografia brasileira é a soma imperfeita dessas dimensões, agregando talento artístico, capacidade reflexiva à instabilidade histórica de nossa economia aplicada ao cinema, que vive uma grande fase na última década.

Mas é sempre importante destacar que o Cinema é um registro do acúmulo de reflexões sobre quem somos e que nação queremos construir. Nesse aspecto, é o registro dinâmico das nossas utopias.

Essa importância do Cinema implica em que a política pública para o audiovisual seja objeto do interesse do conjunto da nação brasileira e não apenas daqueles que atuam profissionalmente nessa área, já que guarda relação estreita com o fato do Brasil estar assumindo, cada vez mais, uma condição de protagonista na condução do seu próprio destino.

A importância que o Estado brasileiro reconhece no Cinema levou à criação da ANCINE, em 2001, que desde então vem atuando para fortalecer o Cinema brasileiro e tem colhido bons resultados.

Prova disso é o fato de sairmos de uma realidade com apenas 28 filmes lançados em 2003, para os 82 que chegaram às telas no último ano.

---

2

Para que isso fosse possível, a ANCINE desenvolveu vários mecanismos de incentivo:

- o fomento direto a fundo perdido;
- a premiação do desempenho pregresso das obras;
- o investimento retornável, tanto para o Estado como para o mercado, através de fundos ou certificados de investimento;
- o financiamento via BNDES, por exemplo;
- o patrocínio privado com isenção fiscal;
- a co-produção entre empresas distribuidoras de cinema, ou empresas programadoras de TV, e produtores independentes; e (3º, 3º A da Lei do Audiovisual e art. 39 da MP)

Mais recentemente e com enorme destaque e eficiência, a ANCINE participou da criação, pelo governo federal,

- do Fundo Setorial do Audiovisual, um mecanismo com múltiplas funcionalidades.

Em poucos anos foi aberto um amplo leque de alternativas para um amplo espectro de necessidades, o que resultou na produção daqueles 82 filmes que significam algo como 25% do total de obras lançadas no mercado de salas de cinema no ano passado.

Mas aqui, antes de assumirmos um discurso acrítico, observemos que, segundo dados da própria ANCINE, do total de pessoas que foi ao cinema em 2008, apenas 10,16% o fizeram para assistir um filme nacional.

Este certamente não é o resultado pretendido.

Aí surgem perguntas:

- Onde está a falha?; e
- Quais as razões desse desequilíbrio entre o número de filmes lançados e o público brasileiro que vai assisti-los em comparação com os totais de filmes e público nos cinemas do país em 2008?

Certamente não há resposta única, mas parece claro que um dos principais problemas que temos é o fato de um país, com quase 200 milhões de habitantes, possuir, segundo dados da ANCINE, apenas 2278 salas instaladas em 816 complexos cinematográficos concentrados em 409 municípios brasileiros – ou seja, apenas 7,35% das cidades do país têm salas cinema).

(Para mal comparar, lembremos que o México tem cerca de 4 mil salas de cinema com a metade de nossa população. Outra lembrança válida é que em 1975 o Brasil tinha 1000 salas de cinema a mais do que tem hoje.)

A relação, portanto, é óbvia: o crescimento do número de salas não acompanhou o incremento na produção de obras, tornando difícil o lançamento e a permanência em cartaz dos filmes brasileiros. Esse, aliás, é um gargalo que a ANCINE apenas começa a enfrentar.

Valorizemos, então, as políticas de expansão e desconcentração do nosso parque exibidor, somando isso aos esforços que já estão sendo empreendidos no desenvolvimento de novos modelos de negócio que tornem sustentável a manutenção de salas em pequenas e médias cidades e em bairros de população com menor poder aquisitivo.

Mas não podemos nos iludir. A ampliação do parque exibidor brasileiro não resolverá, por si só, o *market share* do cinema nacional, já que a ida do público aos cinemas para ver filmes

nacionais é o resultado de vários fatores combinados, como o preço médio do ingresso, a qualidade dos filmes, as políticas de distribuição, os interesses dos donos dos cinemas etc.

O papel da ANCINE, portanto, é apoiar o cinema nacional a encontrar alternativas para que nossos filmes sejam mais vistos ao mesmo tempo em que são fortalecidos os diferentes elos dessa cadeia produtiva.

Outros dois aspectos relevantes que precisam ser fortalecidos são:

- o papel da ANCINE no combate à pirataria, que além de fragilizar a economia do audiovisual, alimenta o crime organizado e mantém na informalidade uma multidão de trabalhadores em todo o mundo; e
- A elaboração de políticas de incentivo específicas para as videolocadoras, única rede de provimento de conteúdo audiovisual efetivamente capilarizada no Brasil.

A expansão do parque exibidor, o combate à pirataria e o fomento às videolocadoras são bons exemplos de ações que a ANCINE poderia estar desenvolvendo com maior eficiência se houvesse melhor articulação entre ela e os governos de Estados e de municípios, assim como vários outros aspectos da política para o audiovisual, como o enfrentamento da delicada questão da meia entrada, por exemplo, que dependem de uma interlocução constante com o Congresso Nacional.

Mas quero abordar, aqui, também, um tema importante para a sustentabilidade da economia do cinema que é a necessidade da existência de empresas nacionais mais bem estruturadas, estimuladas à associação e à cooperação entre si e operando com planejamento de longo prazo, tanto para a produção de filmes como para a distribuição e a exibição.

De uma maneira geral, acredito que deva ser uma meta da ANCINE combinar as políticas de apoio a projetos pontuais de produção e comercialização de obras, com o fomento a estratégias de sustentabilidade empresarial de médio e longo prazos.

O financiamento de uma obra específica, mesmo representando a injeção de recursos e geração de trabalho para o produtor cultural, não é suficiente para gerar sustentabilidade da economia do cinema. A sustentabilidade de qualquer processo produtivo se alcança com qualidade, planejamento, continuidade e

escala. Não é diferente para o Cinema nem para a Cultura em geral.

A ANCINE, portanto, precisa otimizar essa combinação de maneira que o audiovisual brasileiro seja uma indústria cada vez mais diversificada e complexa.

Nesse sentido, quero dar especial destaque ao esforço que a ANCINE já desenvolve para apoiar as estratégias de colocação da nossa cinematografia nos mercados internacionais, estimulando a exportação e as co-produções, elementos capazes de alavancar nossa indústria e contribuir para o melhor posicionamento internacional de toda a economia brasileira.

Outro ponto importante que devemos observar é o necessário aprofundamento do relacionamento entre a produção independente e a televisão.

A possibilidade de produzir para a TV ou de licenciar uma obra já lançada nos cinemas é um dos elementos centrais no planejamento de uma empresa produtora ou distribuidora independente de audiovisual.

Atualmente, é impossível e pouco inteligente pensar o cinema divorciado da televisão.

Em muitos países há íntima relação entre programadores de TV e produção independente, enlaçados por modelos de negócio que viabilizam a ambos. No Brasil, precisamos avançar nessa direção. E a ANCINE pode, como agente fomentador, estimular esse diálogo.

Precisamos e podemos pensar juntos em soluções que contemplem as necessidades de todos os segmentos envolvidos e preservem o interesse público.

Da mesma forma, é preciso que estejamos preparados para lidar com um conjunto de novas mídias que já são realidade, como a internet e a telefonia.

Sobre esse aspecto gostaria de elogiar a forma como ANCINE e Congresso Nacional vêm se articulando para tratar das oportunidades surgidas a partir desse novo cenário proporcionado pela convergência tecnológica.

Um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil é algo que vêm sendo debatido pelo parlamento há alguns anos e nesse debate a ANCINE tem exercido um papel importante que precisa continuar e ser aprofundado.

Por fim, eu gostaria de tratar da centralidade que as políticas de fomento e incentivo ao consumo devem assumir.

O Vale Cultura é uma proposta central do Governo Federal que o Ministério da Cultura agora traz a público e que, para a cadeia produtiva do cinema, sinaliza com perspectivas de sustentabilidade e descentralização.

Grande parte das distorções que marcaram a história das políticas culturais no Brasil resulta da quase exclusividade dos investimentos públicos no fomento à produção de obras em detrimento da sua circulação, exibição e, principalmente, do seu consumo.

Fomentar o consumo não significa deixar de fomentar a produção. Antes, indica a necessidade de apontar o alvo do incentivo estatal para todos os elos das cadeias produtivas, adotando uma perspectiva sistêmica para as políticas de fomento que possibilitem um efetivo impacto regulatório, gerando um mercado mais equilibrado, sem os gargalos que hoje existem e estruturado sobre empresas consolidadas.

Em suma, a perspectiva de atuar na Diretoria Colegiada da ANCINE apresenta a mim inúmeros desafios.

Uma gestão qualificada e comprometida dessa agência é algo que interessa ao conjunto da sociedade brasileira e não apenas ao mercado cinematográfico.

Creio que as condições para isso já estão dadas.

Hoje a ANCINE conta um quadro de servidores qualificado, com a efetiva colaboração de grande parte dos agentes de mercado e a competência e dedicação demonstrada pelos homens e mulheres que ocuparam sua Diretoria Colegiada ao longo dos anos.

Apresento às vossas excelências, senadoras e senadores, minha disposição de participar desse processo, colaborando com meus melhores esforços para que a ANCINE se fortaleça e com isso fortaleça o cinema brasileiro, contribuindo assim para o engrandecimento do nosso país e do nosso povo.

Muito obrigado.

Glauber Piva